



Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia

Fishing tools and territorial influences on rivers in Amazon

Christian Nunes da Silva - Doutor em Ecologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) da Universidade Federal do Pará, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). E-mail: cnsgeo@yahoo.com.br.

João Marcio Palheta da Silva - Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, líder do GAPTA/ CNPq. E-mail: jmpalheta@ufpa.br.

Clay Anderson Nunes Chagas - Doutor em Planejamento Socioambiental e Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Segurança Pública e da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Pará, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). Email: claychagas@yahoo.com.br.

Franciney Carvalho da Ponte - Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2002) e mestrado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2005). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal do Pará. E-mail: fcponete@yahoo.com.br

Resumo

Em diversas comunidades ribeirinhas que habitam as margens dos rios da Amazônia paraense a extração dos recursos pesqueiros é a principal fonte de renda e de obtenção de alimentos (SILVA, 2006; 2008; SILVA *et al.*, 2011). Sendo que nesse tipo de atividade a pesca artesanal tem papel principal, haja vista a abundância de pescado que pode ser capturado nos rios amazônicos. Para que o pescado seja extraído são utilizados diversos apetrechos e embarcações que facilitam a atividade extrativa pelos pescadores artesanais. Este trabalho tem por objetivo demonstrar a utilização do conceito de território e sua aplicabilidade em um ambiente de rio, enfatizando como se dá a territorialidade dos pescadores, segundo a utilização de instrumentos de pesca. Para esta análise, deve-se perceber que a questão da territorialidade mostra-se interligada ao recurso pesqueiro, haja vista a influência dos recursos na formação das territorialidades humanas, pois os hábitos, costumes e, no caso aqui mais enfocado, as técnicas e tecnologias, influem diretamente nos territórios ocupados pelos pescadores, formando suas diversas territorialidades.

Palavras-chave

Território e Territorialidades, Apetrechos, Amazônia Paraense.

Abstract

In several coastal communities that inhabit the river banks in Amazon (Pará), the extraction of fishery resources is the main source of income and obtaining food (SILVA, 2006; 2008; SILVA *et al.*, 2011). In such activities, artisanal fishing has a major role, given the abundance of fish that can be caught in Amazonian rivers. To extract fishes are used various apparatuses and boats that facilitate extractive activity by artisanal fishermen. This paper aims to demonstrate the use of the concept of territory and its applicability in a river environment, emphasizing how is the territoriality of fishermen, according to the use of fishing tools. For this analysis, it should be realized that the issue of territoriality appears to be linked to the fishery resource, given the influence of resources in the training of human territoriality, for the habits and customs, in this case, techniques and technologies directly influence in the territories occupied by fishermen, forming its various territorialities.

Keywords

Territory and Territoriality, Apparatus, Amazon.

INTRODUÇÃO: PESCA E TERRITÓRIO

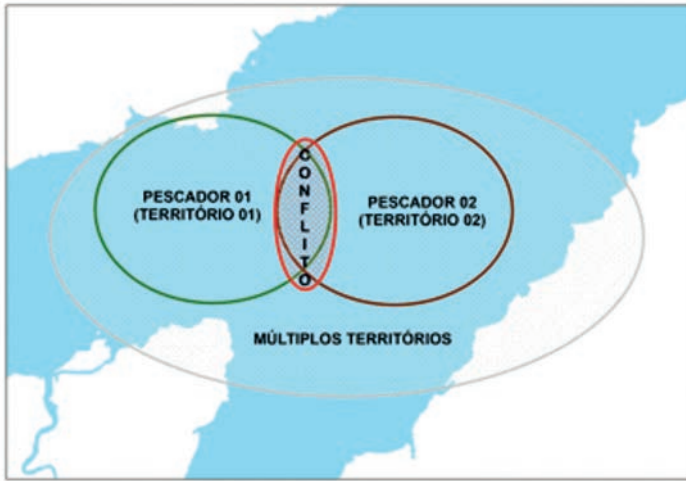
A partir de uma relação cotidiana com o espaço em que vivem, os pescadores artesanais definem espaços de atuação territorializando e mantendo uma relação de posse em um determinado espaço. Mesmo que não reconhecido pelo poder público, esse espaço delimitado existe e deve ser respeitado, pois caso contrário, como ocorre no campo, os conflitos serão inevitáveis e muitas vezes imprevisíveis (NOGUEIRA, 2005). Apesar da delimitação visual desse espaço não ser definida por objetos concretos (cercas, muros etc.), eles são reconhecidos por meio de acordos entre os pescadores, o que define o caráter territorializador no espaço fluído que é o rio.

A questão da territorialidade é comprovada nos estudos que buscam analisar como se dá a atuação da sociedade no espaço geográfico, pois o homem necessita e define seus espaços de moradia e convivência, formando territórios individuais, coletivos ou públicos. Assim, o território é produto e reflexo da atuação dos indivíduos no espaço e no uso dos recursos naturais. Na análise das atividades realizadas pelos pescadores dos rios da Amazônia paraense, verifica-se que diversos mecanismos e/ou processos fazem parte do ordenamento espacial e das territorialidades que ocorrem nestes espaços.

Assim, entendemos que a produção do território se dá a partir do espaço, por meio do uso que a sociedade faz de seus potenciais sociais e ecológicos. No território, os atores sociais ao realizarem suas ações político-econômico-sociais territorializam práticas sociais para suas permanências nele. Mas nem sempre as práticas territoriais revelam-se como desejadas por todos os atores sociais no espaço geográfico, muitas vezes, dependem de um conjunto de fatores de negociação e conflitos que envolvem quase sempre mais de um interesse no território (SILVA, 2008).

Os conflitos, mais comuns nas fronteiras de cada território, podem ocorrer de várias formas, de pescador com pescador, de pescador com comunidades ribeirinhas, de pesca artesanal com a pesca comercial, com turistas e outros (SILVA, 2008). Isso demonstra que a territorialidade pode ser comprovada em qualquer estudo que se busque analisar como a apropriação de um determinado recurso natural se desenvolve no espaço geográfico. Na figura 01 observa-se um exemplo do que ocorre na pesca de rio e em muitos outros locais de pesca em alto-mar (SILVA, 2006).

Figura 1 – Modelo esquemático simplificado do uso do território e de seus recursos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

No modelo simplificado acima¹, o usuário não se restringe ao pescador somente, mas a todo e qualquer usuário do recurso natural, isto é, madeireiro, turístico, extrativista e outros, que utilizam os rios da Amazônia paraense para locomoção ou para a extração de recursos, sejam estes aquáticos ou não e que refletem em conflitos pela posse desse recurso. Desse modo, o território passa a ter uma expressão fundamental no entendimento do desenvolvimento das atividades que se utilizam ou extraem os recursos naturais, pois torna possível a diferenciação do uso como um processo social, que proporciona a individualização dos personagens envolvidos em sua construção, por meio da valorização de seu patrimônio – território.

Contudo, a figura 01 procura apenas simplificar uma relação que é mais complexa, uma vez que as territorialidades de indivíduos ou grupo de indivíduos podem se sobrepor, ou coexistirem em períodos diferenciados, sem, necessariamente incorrer em conflitos, excluindo ou incluindo novos atores, de acordo com níveis de acesso diferenciados. Contudo, no momento em que territorialidades conflitantes emergem entre os personagens que compõem o espaço, a partir das apropriações diferenciadas, apresentam-se indícios de que as formas de gestão territorial – os ordenamentos territoriais, devem levar em consideração a diversidade desses atores e de interesses, para que seja possível entender as variadas territorialidades existentes no espaço apropriado.

¹ A figura 1 é uma visão simplificada de uma realidade mais complexa e não define a totalidade do conceito de território.

Com a integração das características de outras atividades à pesca, as tecnologias utilizadas por esses pescadores sofrem influência direta em sua fabricação. Como exemplo, pode-se verificar que a atividade madeireira na região amazônica influenciou no modelo das embarcações e nos produtos utilizados para sua construção. Desse modo, as embarcações utilizadas pelos pescadores para a extração do pescado tornaram-se a extensão do apetrecho, isto é, do equipamento utilizado na captura do pescado, fazendo que o tipo de embarcação solicite um espaço delimitado de atuação do pescador (FARIAS, 1988; SILVA *et al*, 2011).

Desse modo, dependendo do tamanho da embarcação, da rede, a extensão da linha ou do espinhel, o pescador terá o seu território delimitado, sendo que se esse território for ultrapassado, as consequências são visíveis no mesmo momento, seja pelos conflitos causados pela sobreposição das redes e/ou linhas, seja pela destruição dos equipamentos. Dessa realidade surgem os conflitos entre os pescadores, ribeirinhos e passageiros dos barcos que transitam pelos rios na Amazônia.

2 APETRECHOS E TERRITORIALIDADE NA PESCA ARTESANAL NA AMAZÔNIA PARAENSE²

É importante considerar, também, que os pescadores que habitam as margens dos rios amazônicos se especializaram para obter maior quantidade de produtos extraídos. A escolha dos locais de pesca baseia-se na experiência pessoal e cotidiana de cada pescador e na sua capacidade logística – a tecnologia das embarcações e de seus apetrechos, que possibilitam a capacidade de explorar territórios de pesca mais distantes (FARIAS, 1988; BEGOSSI, 2001; 2004). Dessa necessidade de especialização para otimizar a capacidade produtiva de extração do pescado, os pescadores procuraram outras tecnologias e/ou equipamentos mais apropriados para a atividade pesqueira, como por exemplo: redes maiores, embarcações equipadas com caixa de gelo, utilização de equipamentos modernos como o Sonar e o GPS etc.

Entretanto, a pesca artesanal tem como principal característica a utilização de tecnologias simples, isto é, com o uso de instrumentos denominados de apetrechos, alguns destes produzidos sem um grau de tecnologia complexo e de

² É necessário reconhecer aqui a importância da produção bibliográfica das pesquisas do Museu Paraense Emílio Goeldi, as quais são fundamentais para a maioria dos trabalhos que se atêm a pesquisar sobre a pesca e os apetrechos na Amazônia, com ênfase para os estudos de Moreira e Rocha (1995) e Nery (1995), que serviram como referência na elaboração do texto e dos desenhos deste artigo.

fácil produção e manejo, como por exemplo: a linha de mão, o caniço, o matapi, o pari etc. Porém, existem aqueles pescadores que utilizam apetrechos com um grau de tecnologia mais avançado, com a utilização de materiais sintéticos, como por exemplo malhadeiras, tarrafas etc. (SILVA et al, 2011).

Desse modo, boa parte da pesca artesanal nos rios da Amazônia paraense é realizada com equipamentos dos próprios moradores, apetrechos emprestados de outros pescadores artesanais ou equipamentos arrendados por “pescadores de fora” ou pescadores locais. Alguns desses apetrechos são confeccionados, na maioria das vezes, pelos mesmos pescadores do rio que utilizam linha de náilon e anzóis para fabricar equipamentos como a rede de malhadeira, o espinhel e a tarrafa.

Existem ainda apetrechos confeccionados com a utilização de materiais extraídos da floresta como o cipó títica (*Heteropsis spruceana* Schott), a tala de jupati (*Raphia vinífera*), de miriti (*Mauritia flexuosa* L.) e tala de guarumã (*Ischnosiphon polyphyllus*). Esses apetrechos acabam sendo viáveis para os pescadores artesanais, pois são bens que têm o custo baixo para eles; e quando os mesmos não têm a matéria-prima para a fabricação desses apetrechos nos quintais de suas residências, podem encontrá-la nas proximidades ou em outras comunidades localizadas às margens dos rios.

Conforme afirmado anteriormente, o tipo de apetrecho utilizado determina a área de abrangência do pescador, determinando a sua territorialidade. Deve-se considerar que cada apetrecho é utilizado para capturar determinadas espécies de peixes. Desse modo, a incidência e a quantidade de espécies de peixes capturados por um determinado apetrecho é variada, além do que existem apetrechos específicos que são utilizados para capturar espécies peculiares, na maioria das vezes aquelas espécies que possuem maior aceitação no mercado consumidor, atingindo assim maiores valores.

A rede de espera, a malhadeira, o cacuri e o matapi são os principais apetrechos utilizados. O matapi é utilizado para a pesca do camarão e a rede de espera para pescar os peixes de maior valor comercial no período da safra; a malhadeira tem baixo custo e pode ser confeccionada pelo próprio pescador; o cacuri é comum por ser construído com produtos extraídos da floresta. Sendo que não significa que um pescador terá somente um tipo de apetrecho no rio, pois a maioria dos pescadores possuem outros equipamentos utilizados, muitas vezes, simultaneamente; além do matapi – que é um dos apetrechos mais comuns, ainda realizam a pesca de caniço e linha de mão, não havendo uma normatização ou hierarquia para o uso, pois os apetrechos são utilizados conforme a necessidade, disponibilidade do equipamento e do tipo de peixe que está na safra.

A maioria dos apetrechos é utilizada para a captura do pescado nas proximidades das residências, pois, conforme será trabalhado mais adiante, existe um relativo nomadismo dos pescadores de rio (SILVA, 2008) que possibilita que eles pesquem nas proximidades de suas residências, não sendo necessário percorrer grandes distâncias. Esta realidade ocorre com o uso dos apetrechos, pois estes, fixos ou móveis, são colocados onde há maior incidência do pescado, respeitando os territórios existentes no rio. Sendo que, muitas vezes, o local de captura de um apetrecho está na frente da residência do seu proprietário.

Observa-se que alguns instrumentos de pesca, ou apetrechos, se sobrepõem, o que não causa problemas, visto que sua área de abrangência é pequena e boa parte dos apetrechos tem alcances “pontuais”, isto é, que podem ser colocados em locais fixos, para poderem ser retirados posteriormente ou são utilizados a partir de uma plataforma (porto, barco, etc.) para a captura do pescado (SILVA; PALHETA DA SILVA; CHAGAS, 2014). Desse modo, os apetrechos são utilizados ao longo dos rios, só se aglomerando quando da localização de alguma comunidade, fato comum nos rios da Amazônia, pois a maioria dos moradores têm em sua base alimentar o peixe (LISBOA, 2002). A seguir apresentaremos alguns dos apetrechos mais usuais para a pesca nos rios da Amazônia paraense. Todavia, também existem aqueles apetrechos que se sobrepõem e causam situações de conflito entre os usuários.

2.1 O ESPINHEL

Trata-se de uma corda com tamanho de aproximadamente 20 a 30 metros de comprimento, onde ficam pendidas, em intervalos, linhas com anzóis nas pontas. O número de anzóis no espinhel varia conforme a disponibilidade do pescador e o tamanho da área onde o espinhel será colocado. Este apetrecho é alocado no período da vazante e retirado no período do dia em que o rio está enchendo, na maioria das vezes coincidindo com as primeiras horas da manhã, quando é colocado, e retirado no final da tarde. Na figura 01 verificam-se os principais tipos de espinhéis utilizados pela pesca artesanal nos rios na Amazônia paraense.

Como iscas para os peixes são utilizados, nesse apetrecho, peixes pequenos ou frutas nativas. Da figura 02 pode-se perceber que a área de influência do espinhel é proporcional ao tamanho do equipamento, sendo que este é móvel e pode ser colocado onde o pescador achar que encontrará mais peixes para serem capturados.

Figura 2 – Pesca com espinhel.



Fonte: J. Tadeu.

Nota-se que a territorialidade efetivada com o espinhel e com o cambão não é motivo para conflitos, pois esses apetrechos, apesar de serem utilizados com certa frequência não possuem grande aceitação pelo fato de investimento de capital em sua confecção (anzóis e linhas), e também da pouca produtividade que seus usos atribuem à captura do pescado. Deve-se enfatizar ainda que o território onde o espinhel é colocado, muitas vezes, está situado em frente as residências.

2.2 O CACURI E O PARI

O cacuri é um instrumento de pesca feito de pequenos galhos de madeira e talas fixos no leito do rio ou do igarapé, e tem como objetivo servir de armadilha para o aprisionamento dos peixes, que entram nesta arapuca durante a maré alta e ficam presos quando a maré baixa. Também é conhecido em algumas regiões como curral de peixe (NERY, 1995).

O pari é similar ao cacuri, porém trata-se de uma barreira no curso do rio e não em sua margem, elaborado com um gradeado feito de talas de guarumã (*Ischnosiphon polyphyllus*), amarrado com cipós, e utilizado para barrar a foz dos igarapés³ para impedir a saída dos peixes. Esse tipo de pesca é realizada com

³ Igarapé é o nome dado para pequenos cursos d'água, afluentes de rios maiores.

a utilização simultânea do timbó. É um tipo de pesca conhecida também como tapagem, devido ao bloqueio do curso d'água pelo apetrecho.

Figura 3 – Pesca com Cacuri.

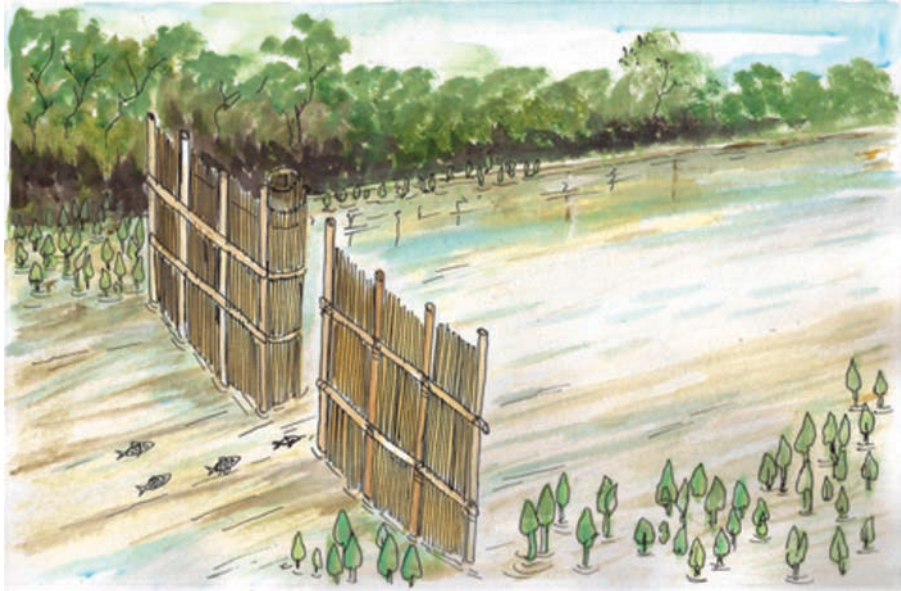


Fonte: J. Tadeu.

Devido ao cacuri e ao pari serem confeccionados com produtos extraídos da floresta, sua utilização é mais comum pelos pescadores dos rios amazônicos, porém por demandar tempo para a sua confecção ambos os apetrechos são confeccionados esporadicamente, somente quando o cacuri e o pari antigos estão quebrados. A figura 04 mostra como o pari é utilizado.

Conforme verificado, o pari e o cacuri são confeccionados em sua maior parte com matéria-prima proveniente da floresta, para capturar os mesmos tipos de pescado, de pequeno porte que, na maioria das vezes, são direcionados para a subsistência da família, sem excedente para a comercialização. Além da forma como são confeccionados, a outra diferença entre o pari e o cacuri é de que o segundo é fixo em um determinado local e só é retirado quando já está se deteriorando; o pari, contudo, é móvel, podendo ser transportado para outros locais. Outra característica que distingue os dois apetrechos é pelos locais onde são colocados. O pari é utilizado com mais frequência em pequenos cursos d'água, enquanto que o cacuri pode ser utilizado nas margens de rios, independentemente da largura deste.

Figura 4 – Pesca com Pari.



Fonte: J. Tadeu, baseado em Nery (1995).

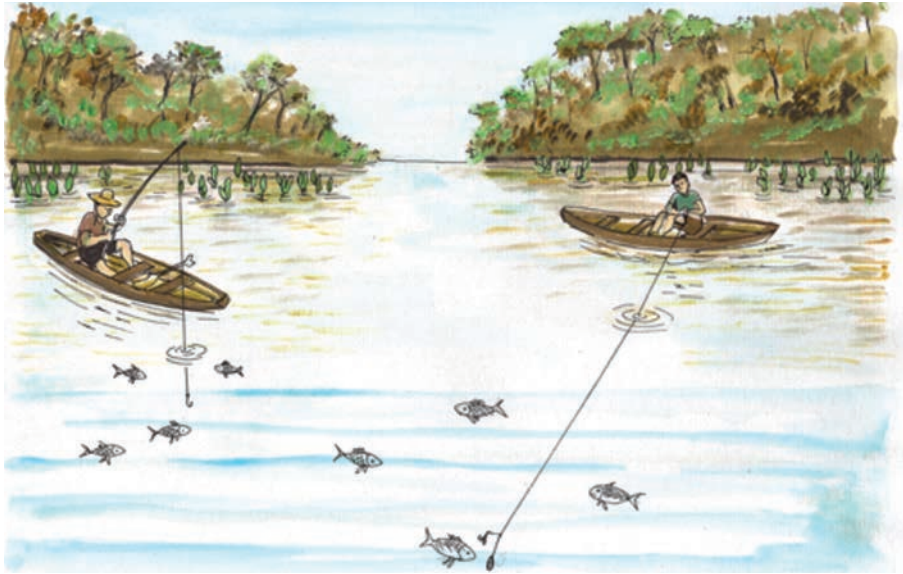
No que tange à territorialidade que esses apetrechos delimitam pelo seu uso pelo pescador, nota-se que o pari, sendo móvel, tem uma área de abrangência maior, porém, devido estar circunscrito a pequenos rios e igarapés, sua utilização fica comprometida, o que não inviabiliza o seu uso. O cacuri, sendo fixo, determina uma territorialização mais efetiva ao pescador, uma vez que sua localização está definida, porém com pequena abrangência, variando em uma circunscrição de aproximadamente 10 metros de circunferência.

2.3 O CANIÇO E A LINHA DE MÃO

O caniço é uma vara curta e um pouco flexível com linha de 5 a 10 metros de comprimento aproximadamente, onde existem na extremidade um peso com anzol ou anzóis, alguns caniços possuem linha com comprimento maior, que depende da distância onde o pescador deseja jogar o anzol para pescar o peixe.

A linha de mão é similar ao caniço, porém, sem a utilização da vara para a pesca. Esse apetrecho é constituído de linha e anzol apresentando um peso na sua extremidade, geralmente uma peça de chumbo ou ferro. O caniço e a linha de mão são artefatos muito simples, apenas variando de comprimento e espessura da linha, e dependem do tipo de peixe que se pretende pescar (NERY, 1995).

Figura 5 – Pesca com caniço e linha de mão.



Fonte: J. Tadeu.

Quanto à territorialidade circunscrita ao caniço e à linha de mão, percebe-se que esses apetrechos não representam grande interferência na questão da territorialidade, pois a sua utilização está circunscrita a um pequeno ponto de atuação, proporcional ao tamanho da linha do pescador, sendo que esta se torna insignificante em rios largos. Os pescadores realizam este tipo de pesca, geralmente, em frente a suas residências, da ponte que utilizam para tomar banho ou ancorar suas embarcações.

O peixe capturado através de linha de mão e caniço é direcionado para o consumo, haja vista a pequena produção gerada por estes apetrechos, o que não quer dizer que o pescador não possa capturar um peixe de tamanho considerado grande, porém a pouca produtividade é determinada pela piscosidade do pesqueiro, pelo tempo de permanência do pescador no rio e/ou a quantidade dos anzóis que o pescador utiliza na sua linha.

2.4 A REDE DE ESPERA E A MALHADEIRA

Ambos os instrumentos são produzidos com fio de náilon que formam malhas mais ou menos largas, que deixam a água passar, porém capturam o peixe. A diferença da rede de espera e da malhadeira está no tamanho, sendo a rede de espera maior que a malhadeira. Geralmente a primeira é destinada à pesca de peixes de maior porte, durante o período de safra.

Figura 6 – Pesca com Malhadeira.



Fonte: J. Tadeu, baseado em Moreira e Rocha (1995).

Outra diferença da malhadeira para a rede de espera é que a primeira é relativamente móvel, pois fica “solta” no curso d’água, presa apenas nas extremidades, e a segunda é fixa, presa por estacas de madeira ou em árvores próximas as margens dos rios. Desse modo, a territorialidade instituída pelas redes de náilon depende de seu tamanho que varia conforme o tamanho do rio e da possibilidade do pescador em adquirir tal apetrecho. Esse tipo de apetrecho é uma alternativa para aqueles pescadores que não possuem recursos financeiros para adquirir grandes redes de náilon, o que reflete diretamente no aumento da produção e na territorialidade delimitada ao longo do curso do rio.

2.5 A TARRAFA

A pesca com a tarrafa é feita com multifilamentos de fios de náilon. A tarrafa possui o formato cilíndrico, com tamanho de malha de aproximadamente 5 cm. Em média a área da circunferência é de 20 m². Possui ainda peças de chumbo em sua periferia (SILVA; TORRES; YUIMACHI, 1996). Esse tipo de apetrecho é utilizado por um pescador por vez que tem como principal atividade, nesse tipo de pescaria, jogar a rede com destreza possibilitando sua abertura, sendo que, conforme o apetrecho vai afundando a circunferência da tarrafa vai fechando e capturando os animais na rede, para a posterior coleta do peixe.

Figura 7 – Pesca com Tarrafa.



Fonte: J. Tadeu.

A tarrafa tem a capacidade de capturar uma quantidade significativa de peixes e de camarões. A pesca realizada com a tarrafa pode ser praticada a qualquer momento do dia, pois sua utilização independe de outros fatores. É um tipo de pesca pouco utilizada, pois de sua aquisição depende um custo, seja para a confecção, seja para a compra do apetrecho pronto na cidade.

A territorialidade possibilitada pela tarrafa é móvel, sendo que para este tipo de pescaria utiliza-se, comumente, de uma pequena embarcação para a sua locomoção, o que aumenta o raio de abrangência da territorialidade do pescador. Durante a pesquisa de campo não foram observados conflitos resultantes deste tipo de pescaria, pelo fato da pequena área delimitada pelo tamanho do apetrecho. Todavia, a sua mobilidade torna o território relativo, pois é móvel, dependendo também da piscosidade do pesqueiro onde o pescador está situado.

2.6 O MATAPI

O matapi é um tipo de cesto que funciona como armadilha na qual os camarões, ao entrar, ficam impossibilitados de fugir, o que facilita a captura e, após esta, o aprisionamento dos camarões em outro tipo de cesto, conhecido como viveiro, também confeccionado com as mesmas espécies nativas utilizadas para a construção do matapi.

Figura 8 – Pesca com Matapi.



Fonte: J. Tadeu.

No interior do matapi, onde os camarões ficam aprisionados, é colocada uma isca – geralmente feita de farinha de mandioca, que atrai os camarões. Por ser o principal apetrecho para a captura de camarão, o matapi é imprescindível para a obtenção deste recurso. Conforme foi verificado com a pesquisa de campo, o matapi é colocado nas primeiras horas do dia para ser coletado no entardecer.

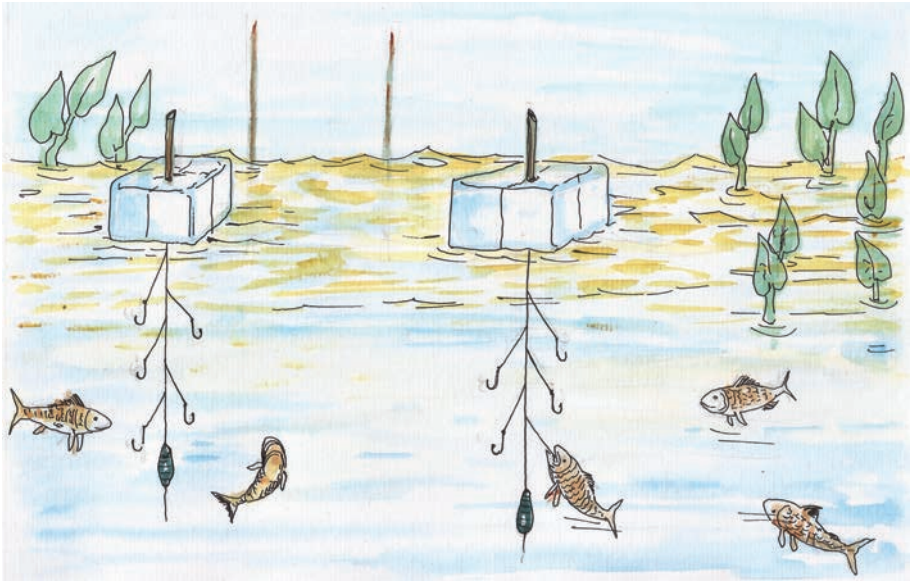
A territorialidade instituída pelo matapi para o pescador é pequena, cerca de 2m², porém o uso de vários matapis faz com que esse território torne-se maior, pois para se capturar uma quantidade aceitável pelos pescadores para a venda, em torno de 50 quilos, são necessários mais de cem matapis ao longo do rio, a sobreposição do território deste equipamento ocasiona conflitos entre pescadores.

2.7 O CAMBÃO

Esse apetrecho é bastante utilizado pelos pescadores dos rios amazônicos devido, principalmente, a facilidade em sua construção. Consiste na colocação de um ou mais anzóis presos em uma linha de nylon, com o comprimento variável de acordo com a profundidade d'água e do tipo de pescado a ser capturado. A linha para esse tipo de pesca tem em seu trajeto um flutuador (boia), que se mantém aparente na superfície d'água durante a pesca, logo em seguida é preso

o anzol ou anzóis, que ficam submersos na coluna d'água, na extremidade da linha encontram-se um peso, ou “poita”, que mantém o apetrecho relativamente estável. Farias (1988) analisou em um apetrecho similar ao cambão, na região nordeste brasileira, que a colocação pode ser feita pelo fim da tarde e a despesca pela manhã do dia seguinte, de preferência ao amanhecer.

Figura 9 – Pesca com Cambão.



Fonte: J. Tadeu.

É importante mencionar que a elaboração desse apetrecho é muito similar a do espinhel, que só se diferenciam pelo número de anzóis, já que no espinhel existem algumas dezenas a mais, e a existência da boia, que, entre outras características, é utilizada também para “cansar” o peixe antes de ser puxado. Quando o peixe é fisgado pelo anzol, a boia tende a afundar, alertando o pescador da presença do peixe capturado. Tanto o espinhel, quanto o cambão são presos na margem do rio por estacas de madeira que se movimentam no rio indicando a presença de peixes fisgados.

2.8 O PUÇÁ

O puçá é uma armadilha utilizada para a captura de pequenos peixes ou camarões. Geralmente confeccionado com linha de nylon ou algodão consiste no apresamento dos animais por uma pequena abertura de um “saco” de malha fina preso em suas margens, que podem ter o formato cilíndrico, circular ou outro.

Figura 10 – Pesca com Puçá.



Fonte: J. Tadeu.

A confecção desse apetrecho é simples e de baixo custo, podendo o usuário utilizar produtos naturais para a sua confecção. Seu uso é manual, e o pescado é identificado visualmente na superfície d'água, onde puçá é afundado até o animal e capturado com a rede.

2.9 O ARPÃO OU ZAGAIA

Basicamente, a pesca com arpão ou zagaia caracteriza-se pelo lançamento de um mastro ou cabo cuja extremidade possui uma ponta metálica aguçada, que ao entrar no corpo do pescado possibilita ao pescador a captura. Geralmente, a pesca com arpão ou zagaia é utilizada na captura de grandes animais – peixes e outros mamíferos, que podem ser visualizados durante a respiração na superfície d'água.

Farias (1988, s/n) descreve esse tipo de pesca da seguinte forma:

(...) são artes de pesca muito antigas e que se utilizam especialmente quando os peixes de grande tamanho se concentram em uma pequena zona. (...) A cabeça deve estar unida ao cabo por uma pequena corda, cuja extremidade deve ser mantida em mãos do pescador e serve para puxar o pescado capturado. Para ser usado este tipo de aparelho de pesca é necessário uma canoa e dois pescadores, um remando lentamente no local destinado a pescaria e o outro em pé, na proa da canoa, com o arpão olhando constantemente para ver a hora em que o peixe vem a superfície, neste momento ele lança o arpão.

Figura 11 – Pesca com Arpão.



Fonte: J. Tadeu.

Esse tipo de arte de pesca ainda é bastante utilizada em algumas regiões do Brasil, com destaque para a pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*) no médio rio Amazonas, estado do Pará. A figura 11 demonstra o uso do arpão na pesca de peixe-boi (*Trichechus inunguis*), que era frequente há tempos atrás e está em decadência devido, principalmente, à escassez desse animal e a proibição pela legislação brasileira.

2.10 O TIMBÓ

O timbó (*Derris guianensis Benth.*) é um vegetal que tem seus galhos batidos e machucados, extraíndo-se um líquido que é utilizado na água como veneno para entorpecer os peixes e demais animais que estiverem nas profundezas, seu uso é ilegal e punido pelos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, visto que a constituição brasileira considera crime o uso de substâncias tóxicas, onde o timbó pode se enquadrar nesta categoria (BRASIL, 1998; 1999).

Na região amazônica o uso de plantas tóxicas com o objetivo de asfixiar e matar peixes é registrada há bastante tempo pela literatura etnográfica (MAGALHÃES, 1993; LISBOA, 2002). Nesse sentido, não se pode negar a existência da utilização do timbó na pesca nos rios da Amazônia pois deriva de

uma prática antiga originária dos primeiros povos indígenas da região amazônica – formadores do modo de vida na região.

O timbó pode ser considerado como um apetrecho – ou arte de pesca, devido no seu uso estar contida uma série de técnicas e hábitos. Sendo que quando utilizado por pescadores “conhecedores” desta técnica pode não ocorrer impacto com grandes proporções negativas nos cursos d’água, pois desses mesmos cursos dependerá a subsistência das populações em momento posterior.

Segundo alguns pescadores que se utilizam do timbó para a pesca, a utilização desse tipo de substância é realizada, principalmente, em pequenos cursos d’água, no período chuvoso em que os igarapés não secam, pois a água das chuvas diluem a substância oriunda do timbó mais rapidamente. Sendo o timbó um produto natural, encontrado ao longo das margens dos rios amazônicos, a sua utilização é comum nas águas dos pequenos afluentes deste rio. Entretanto, a utilização do timbó foi questionada no decorrer da pesquisa de campo, os relatos demonstraram que é uma atividade que vêm decaindo, devido, principalmente, à fiscalização pelos órgãos ambientais, que não permitem a sua utilização.

A territorialidade que o timbó define para o pescador varia de acordo com o tamanho do curso d’água onde o apetrecho é aplicado, podendo ser de alguns metros ou dezenas de metros, caso não haja ocorrência de chuvas nos períodos posteriores de sua aplicação. Os conflitos que podem ocorrer em decorrência do uso do timbó nos rios amazônicos dizem respeito a não possibilidade dos demais moradores ingerirem a água do rio após o uso deste apetrecho, pois a sua ingestão causa náuseas, e em alguns casos, pode levar à morte (SILVA, 2006).

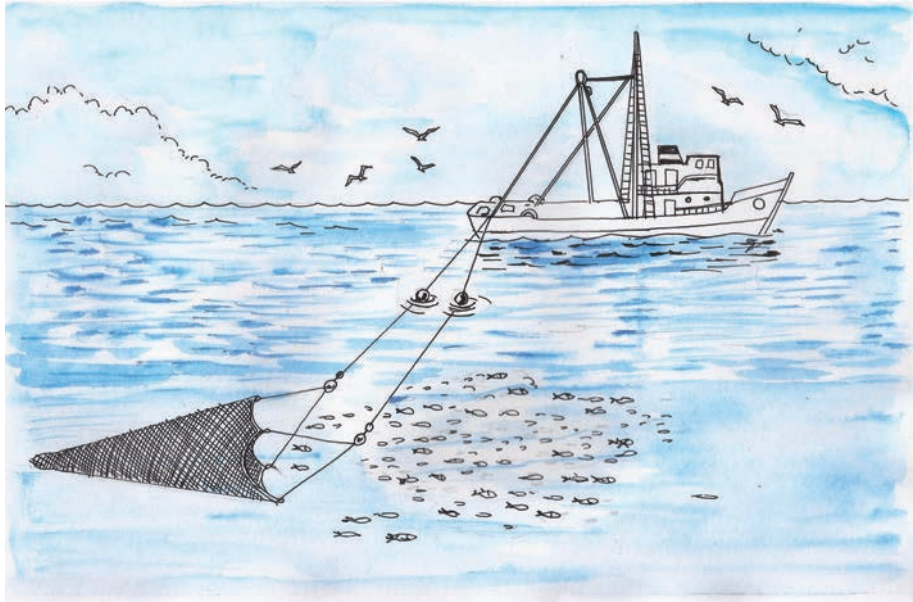
2.11 REDE DE ARRASTO

Como já observado por Farias (1988) as redes de arrasto, contrariamente às malhadeiras e as redes de espera, que possuem pouca abrangência e são lançadas num local fixo, as redes de arrasto são redes que se puxam. Neste apetrecho, também constituído por fios de naylor, as extremidades da rede possuem linhas que são ligadas a cordas de tração, que ficam presas em embarcações responsáveis pela sua condução até os pontos de maior produção de pescado.

Nessa arte de pesca Farias (1988, s/n) verifica que:

Quando as extremidades da rede chegam à margem, um dos pescadores puxa a linha inferior enquanto os outros seguram a linha superior, prestando atenção para não puxarem mais depressa de um lado que do outro. Quando a rede chegar quase à margem, os peixes têm tendência a saltar para escaparem, deve então levantar-se a linha superior acima da água.

Figura 12 – Pesca com rede de arrasto.



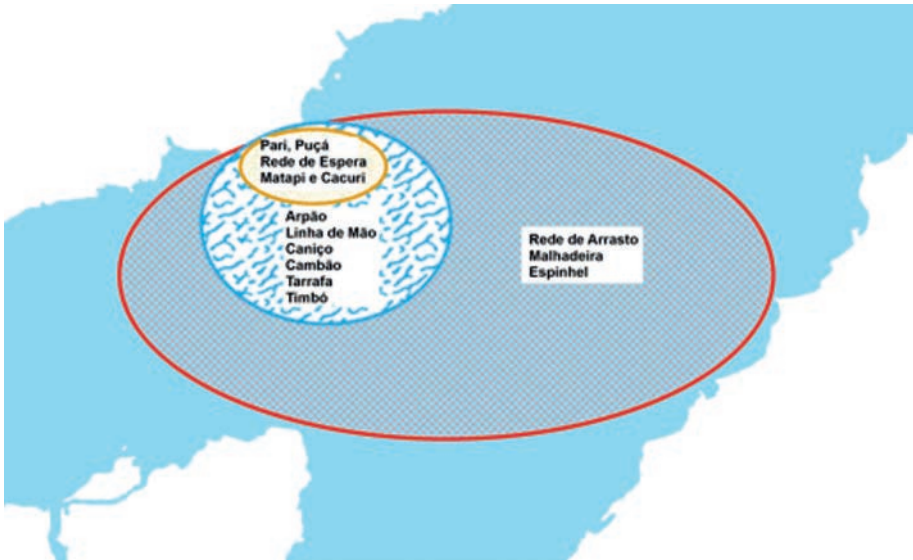
Fonte: J. Tadeu, baseado em Alasca (2015).

A embarcação, ao puxar a rede por suas extremidades, forma um tipo de “saco” onde o pescado é capturado e depois despescado a bordo. Esse tipo de pesca é utilizado somente em grandes rios, pois depende diretamente da largura e profundidade do corpo d’água, além do potencial pesqueiro do território de pesca.

A territorialidade ocupada pelas redes de arrasto ou os outros apetrechos apresentados neste manuscrito é ponto fundamental, pois além de serem apetrechos móveis e não “presos” ao continente, podem se deslocar abrangendo seu território de influência. Neste sentido, os apetrechos de pesca também desempenham um importante papel na configuração territorial das atividades dos pescadores das margens dos rios amazônicos, no que concerne a sua disposição para a captura e na sua área de abrangência, podendo, como se pôde verificar no decorrer do texto, que alguns podem ser mobilizados para outros espaços, muitas vezes carregados com o usuário pescador, e outros permanecem fixos capturando os produtos da pesca.

Neste sentido, a mobilidade da atividade pesqueira tem a ver também com o tipo de tecnologia de pesca utilizada que possibilite ao pescador estocar mais peixes, ou alcançar distâncias maiores ou não na procura pelo pescado, conforme demonstra a figura 13 abaixo:

Figura 13 – Influências Territoriais de Apetrechos de Pesca.



Fonte: Elaborado pelos Autores.

É importante lembrar que o uso e a disposição desses apetrechos não são limitados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores (SILVA, 2008). Assim, o território de trabalho onde a atividade pesqueira se desenvolve não é limitado fisicamente, como na agricultura, pois se trata de um recurso móvel – o peixe, porém que se encontra em maior quantidade em determinados locais – os pesqueiros. Dessa forma, podemos entender essa influência territorial dos apetrechos aqui analisados da seguinte forma:

- Apetrecho de influência territorial pontual: Neste tipo de influência encontram-se os apetrechos que são “presos” e estão fixos às margens dos rios (ex: matapi, rede de espera, cacuri e pari);

- Apetrecho de influência territorial zonal de média abrangência: São os apetrechos que o pescador tem uma abrangência significativa, devido principalmente utilizar algum tipo de transporte para otimizar sua mobilidade, mas não consegue ocupar grandes territórios simultaneamente (ex: linha de mão, cambão, caniço e tarrafa);

- Apetrecho de influência territorial zonal e flexível: São apetrechos que não se encontram fixos às margens dos rios e ocupam uma área mais abrangente do que os anteriores. Sua abrangência flexível reflete diretamente no aumento da produção, quando comparado aos anteriores (ex: malhadeira, rede de arrasto e espinhel).

É necessário enfatizar que devido à fluidez dos recursos pesqueiros e sua imprevisão (temporal, geográfica e econômica), o tipo de apetrecho utilizado será estratégico, o que refletirá diretamente no volume de pescado extraído, no tempo disponibilizado para a pesca e sua comercialização nos mercados consumidores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram demonstrados alguns dos tipos de apetrechos utilizados nos rios da Amazônia paraense. Sabemos que existem diversos outros, mas que deverão ser enfatizados em trabalhos futuros e por outros autores. Assim, o tipo de apetrecho utilizado reflete diretamente no volume da produção do pescado e na territorialidade do pescador, pois estimula a mobilidade dos pescadores, e sua influência territorial, seja como equipamento definidor de territorialidades no ambiente aquático ou tido apenas como apetrecho na obtenção de alimento.

Os equipamentos aqui analisados derivam de práticas históricas realizadas na região Amazônica, repassadas hereditariamente ou adaptadas conforme a demanda de cada usuário e da atividade produtiva. Neste sentido, pode-se verificar a diversidade de equipamentos e costumes na sua utilização, pois atualmente são notadas novas tecnologias que otimizam a atividade pesqueira, como o uso de embarcações maiores ou tecnologias de localização e rastreamento de cardumes (com utilização de GPS), o que refletirá diretamente no tipo de apetrecho utilizado nos próximos anos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do projeto que possibilitou a elaboração deste texto. Nossos cumprimentos ao artista José Tadeu Gonçalves, do município de Breves, Marajó (Pará-Brasil), que contribuiu na criação dos desenhos que muito bem ilustram o cotidiano da pesca na Amazônia paraense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O.T., AMARAL, L., RIVERO, S., SILVA, C. N. Caracterização do pescador e da frota pesqueira comercial de Manoel Urbano e Sena Madureira (AC) e Boca do Acre (AM). Belém, **Novos Cadernos NAEA**. NAEA/UFPA. Vol. 15, n. 1. p. 291-309, jan-jun 2012

ALASKA, Seafood Marketing Institute. Métodos de pesca. Disponível em: <http://migre.me/rVEXk>. Acesso em: outubro de 2015.

BEGOSSI, A. Mapping spots: fishing areas or territories among islanders of the Atlantic Forest (Brazil). *Reg Environ Change*, 2001.

_____. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: _____. (org). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 223-255.

BRASIL, Constituição Federal. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Brasília: Gráfica

do Senado Federal, 1998.

_____. Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999. Brasília: Gráfica do Senado

Federal, 1999.

FARIAS, J. O. Artes de pesca e tecnologia da captura. in.: manual sobre manejo de reservatórios para a produção de peixes. Programa Cooperativo Governamental – FAO –Itália. Brasília: FAO, 1988. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/field/003/AB486P/AB486P00.htm#TOC>. Acessado em: 07 de junho de 2015

LISBOA, P. L. B. Natureza, homem e manejo dos recursos naturais na região de Caxiuanã, Melgaço, Pará. Belém: MPEG, 2002.

MAGALHÃES, A. C. P. – atividade pesqueira entre os Parakanã. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W. & MELLO, A. F. (eds.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993, p. 101-117.

MOREIRA, E. S.; ROCHA, R. M. Pesca estuarina: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 1995, p. 57-86.

NERY, A. C. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 1995, p. 199-294.

NOGUEIRA, C. S. Território de pesca no estuário marajoara: comunidades negras rurais e conflito no município de Salvaterra (Pará). 2005. Belém: NAEA/UFPA, 2005 (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento).

SILVA, C. N. da. Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves – PA. 2006. Belém: PPGEO/UFPA, 2006 (Dissertação de Mestrado em Geografia)

SILVA, C. N. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. *Revista Formação (Presidente Prudente)*, v.2, 2008, p. 118-128.

SILVA, C. N., *et al.* Mecanismos de configuração territorial de pescadores artesanais do rio Ituquara, Breves, PA. In: PALHETA DA SILVA, J. M.; SILVA, C. N. Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira. Belém: GAPTA/UFPA, 2011, v.1, p. 149-173.

SILVA, C. N.; PALHETA DA SILVA, J. M.; CHAGAS, C. A. N. Territorial analysis in environmental studies on fisheries: a question of scale and spatial representation. *Open Journal of Social Sciences*, v. 02, 2014, p. 304-313.

SILVA, M. L.; TORRES, M. F.; YUIMACHI, N. B. O gerenciamento de estoques pesqueiros: o caso da piramutaba. In: XIMENES, T. (org.). Políticas pesqueiras nos países amazônicos. Belém: UNAMAZ; NAEA/UFPA, 1996. p. 279-363.

Texto submetido à Revista em 19.10.2015
Aceito para publicação em 06.02.2016